

Ofensiva no Senado para garantir Fundo

ARTICULAÇÃO / O Correio conversou com senadores de vários estados para saber suas opiniões em relação ao recurso. Ibaneis Rocha (MDB) deve se reunir com o relator da matéria Omar Aziz (PSD-AM), amanhã, para tratar o assunto



Verão local vai focar em negociações com a Casa Legislativa Federal na esperança de conseguir reverter decisão da Câmara dos Deputados que pode causar perda de mais de R\$ 87 bilhões nos próximos 10 anos

DF busca apoio ao Fundo Constitucional

• ARTHUR DE SOUZA
• CARLOS SILVA
• LAÉZIA BEZERRA
• MILA FERREIRA
• PABLO GIOVANNI

Após a votação na Câmara dos Deputados, o projeto do arcabouço fiscal vai agora para o plenário do Congresso Nacional no Senado Federal, onde será apreciado por 81 parlamentares e precisa de 42 votos, para ser aprovado por maioria absoluta. Na primeira etapa do processo, o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sofreu um duro golpe. A emenda proposta pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que limita o valor de crescimento do recurso a 2,25%, foi aprovada. Agora, o foco dos políticos locais é na tentativa de reverter o cenário. O Correio entrou em contato com todos os senadores da atual legislatura para saber qual o posicionamento de cada um em relação ao Fundo Constitucional (contra o quadro). Entre aqueles que defendem a manutenção do recurso, da forma como é calculado atualmente, estão os três senadores do DF — Damareo Alves (Republicanos), Izaki Lucas (PSDB) e Leila Barros (PT). Damareo Alves destacou, logo após a votação na Câmara, que a "luta" continua no Senado. "A decisão não foi técnica, mas política e contra a cidade. Lamento. A senadora Leila Barros ressaltou que todas as capitais do mundo têm um mecanismo de financiamento. "A gente sabe que o recurso é, pelo menos, 45% do nosso orçamento. Por isso ele é tão importante", destacou.

Detalhes sobre o planejamento para os próximos dias. "O relator Omar Aziz (PSD-AM) irá nos receber e discutir os pontos com ele e os demais senadores, indo para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), vamos tentar realizar uma audiência pública, para trazer informações e representações, além de fazer um debate. Mas vai passar, com certeza, numa comissão. Acho que o Senado não vai querer votar em plenário algo que muda o Brasil sem passar pelo menos pela CAE", disse.

Opiniões

Senadores de outros estados também se mostram favoráveis ao Fundo Constitucional. Entre aqueles que a reportagem conseguiu retorno, oito parlamentares disseram que estão do lado da manutenção do recurso da forma que está. Angelo Coronel (PSD-BA), leu em conta os dados divulgados pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (Sepplad). "Comentaria-se que pode haver um rombo de R\$ 87 bilhões, em um período de 10 anos, no orçamento do DF. Se isso se confirmar, escrevi me imbuindo à bancada do DF no Senado e com o governador Ibaneis (Rocha, MDB), para tentarmos reverter isso", garantiu.

Eduardo Gomes (PL-TO), avalia que não há justificativa para dar características comuns ao FCDF. "As obrigações do DF são únicas, portanto, tratá-lo da mesma forma que o recurso de outros unidades da Federação, é a mesma coisa que utilizar o mesmo instrumento para funções diferentes. Isso tende a dar muito errado", afirmou. "Brasília sofre esse assédio orçamentário, como se a cidade abrigasse somente os seus habitantes e sua rotina. Ela é a capital brasileira e tem um pouco de cada estado e das representações internacionais. Estou absolutamente tranquilo e consciente de que o trabalho, no Senado, será de restabelecimento do ritmo normal do FCDF", garantiu.

A senadora Zenaide Maia (PSD-RN) destacou que o FCDF é responsável por uma porcentagem altíssima dos recursos destinados à saúde, educação e segurança pública da cidade. "São gastos primários e essenciais. É uma lacuna o congelamento, por isso, votarei a favor da manutenção do fundo sem

Como eles se posicionam sobre o Fundo Constitucional

Não se posicionaram a favor das mudanças — 0

Se posicionaram contras as mudanças — 11

Angelo Coronel (PSD-BA), Chico Rodrigues (PSB-RR), Ciro Nogueira (PP-PI), Damareo Alves (Republicanos-DF), Dr. Samuel Araújo (PSD-RO), Eduardo Gomes (PL-TO), Iraldo Lucas (PSDB-DF), Leila Barros (PT-DF), Zenaide Maia (PSD-RN), Plínio Valério (PSDB-AM) e Tereza Cristina (PP-MS)

Ainda não têm posicionamento ou não quiseram se manifestar — 33

Não responderam até o fechamento da edição — 37

O que é o FCDF?

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) é uma verba destinada ao custeio da organização e manutenção da área de segurança pública, assim como parte das despesas com educação e saúde. Previsto na Constituição Federal de 1988, o Fundo se tornou realidade com a sanção, no dia 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, de uma lei que tratou especificamente sobre as regras de cálculo e repasse. Em 2023, o valor previsto no orçamento é de R\$ 22.074.632.340, sendo R\$ 10.196.975.688 para a segurança pública, R\$ 7.144.401.762,00 para a saúde e R\$ 5.630.274.890,00 para a educação.

alterações", protesta. "Acho importante essa discussão, pois deu visibilidade à importância do Fundo Constitucional do DF. O orçamento não pode ser uma Caixa de Pandora, a população tem que ter conhecimento sobre para onde está indo cada recurso."

O deputado Plínio Valério foi enfático em relação aos recursos. "Somos contra a redução do fundo). Foi uma emenda colocada pelo relator na Câmara. Inclusive, vamos conversar com o senador Omar Aziz, relator no Senado para tentar suprimir essa emenda." No total, 33 senadores não quiseram se manifestar ou aguardaram a chegada do projeto para se posicionarem sobre o

para a nossa capital", garantiu o chefe do Executivo local. O Correio apurou que o encontro deve ocorrer amanhã e foi articulado por Paulo Octávio (PSD), líder regional do partido de Omar Aziz.

Ibaneis acredita ser possível reverter o que chamou de "equivocada decisão da Câmara dos Deputados". "Vamos mostrar a importância de garantir o Fundo Constitucional como é hoje para manter a nossa cidade — capital de todos os brasileiros — com suas obrigações em dia", ressaltou. "O FCDF é fundamental para o bom funcionamento da cidade, que abriga todos os poderes, milhares de pessoas de outros estados, pais, parlamentares, deputados e outras instituições públicas", concluiu Ibaneis Rocha.

Cientista política da Universidade do Distrito Federal (UDF), Fernanda Araes acredita que o atual posicionamento do governador, de tentativas de diálogo com o Senado Federal, é o esperado. "No entanto, isso também deveria ter sido feito na Câmara dos Deputados, em negociação com Cajado", ponderou. "Compreendendo as limitações dessa negociação, claro, pela composição atual da Câmara dos Deputados, mas, na condição de Casa Iniciadora, essa negociação já poderia ter sido iniciada, ou ao menos sondada pelo governador", analisou Araes. "Vimos, inclusive, um pronunciamento de Cajado, que, em sua fala, ressaltou como essa perda ao FCDF não é real, o que demonstra a real falta de comunicação e tentativas de diálogo de Ibaneis com o deputado", complementou.

A especialista lembra que o Senado, na condição de Casa Revisora, pode propor alterações e essas devem voltar a ser discutidas na Câmara dos Deputados. "Portanto, a negociação no Senado, em algum momento, ainda, pode ser necessária e o governador pode encontrar fortes aliados, como o senador Izaki Lucas", observou. "Acredito que, como próximos passos, o governador deverá se direcionar em fortalecer essa negociação no Senado, buscando mais aliados", completa Araes.

Caso revertida a decisão no Senado, a matéria retorna à Câmara dos Deputados, que pode acatar a revisão ou não.

\*Estagiário sob a supervisão de Suzano Almeida

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades Pagina: 13